



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

O PLURALISMO PROFISSIONAL NA TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

DAVI CARTAXO RODRIGUES¹

MARIANE RAQUEL OLIVEIRA DA FONSECA²

ANA CAROLINA SILVA DE AZEVEDO³

RESUMO:

Esta pesquisa, de natureza qualitativa e tipo bibliográfica, realiza um breve retrospecto histórico da construção do pluralismo no Serviço Social brasileiro, evidenciando que, inicialmente, havia homogeneidade na profissão, o que mudou no período de Renovação, quando o pluralismo foi instaurado. Com a construção de uma nova hegemonia, surgiu uma nova concepção de pluralismo no Serviço Social.

Palavras-chave: Pluralismo profissional. Hegemonia. Serviço Social.

ABSTRACT

This research, of a qualitative and bibliographic nature, provides a brief historical retrospective of the construction of pluralism in Brazilian Social Work, showing that, initially, there was homogeneity in the profession, which changed during the Renewal period, when pluralism was established. With the construction of a new hegemony, a new conception of pluralism in Social Work emerged.

Keywords: Professional pluralism. Hegemony. Social Work.

1 INTRODUÇÃO

Podemos dizer que a pluralidade é uma das características mais presentes e defendidas na atualidade, quer seja ela expressa nas relações mais simples na cotidianidade, como a diversidade de cores de lápis em que uma criança tem a seu dispor para usufruto no

¹ Universidade Estadual do Ceará

² Universidade Federal da Paraíba

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desenvolvimento de sua arte, quer seja naquelas relações mais complexas, a exemplo da realidade do parlamento, que prevê a existência de diferentes atores das mais diversas correntes políticas, na tentativa de garantir uma representatividade popular de natureza heterogênea.

Qualquer ação e pensamento que se propõe autoritário e despótico logo é rechaçado, pois a livre autonomia e o exercício da democracia são condições a serem prezadas pela humanidade na atualidade. Essa maneira de enxergar a realidade é um constructo histórico-social cuja gênese remonta à modernidade, a partir da qual, no decorrer do tempo, os seres humanos têm cultivado uma mentalidade em suas relações sociais que valoriza a diversidade, o diferente, o heterogêneo, o plural.

O Serviço Social brasileiro também sofre influências desse modo de pensar, expressando esse ideário como componente importante no desenvolvimento da profissão, principalmente no que diz respeito às diferentes perspectivas profissionais em presença no Serviço Social, ideal esse que passa a ser perseguido pela profissão.

A materialização formal do pluralismo profissional se deu a partir do Código de Ética de 1993 na composição de um de seus princípios fundamentais. Em *ipsis litteris* temos a seguinte afirmação: “Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (Brasil, 2012, p. 24).

Como indicado anteriormente, o cultivo de uma sociedade plural é uma construção feita pelos homens na história, e essa mesma regra também se expressa no Serviço Social, por ser ela uma profissão também inserida na história, sendo (re)construída por diferentes atores que vão dando forma e significado aos alicerces que fundamentam tal profissão.

Neste artigo, resultante de uma pesquisa de natureza qualitativa e de tipo bibliográfica, pretendemos realizar um breve retrospecto histórico da construção do pluralismo no Serviço Social brasileiro, procurando identificar como se deu seu desenvolvimento ao longo das décadas. Tal feito se faz necessário frente à necessidade de compreender o fenômeno do pluralismo na profissão, evidenciando suas contradições, desafios, possibilidades e meios para sua concretização. Apropriando-nos de autores clássicos da profissão e de produções contemporâneas, tencionamos então responder à seguinte pergunta: “Qual a trajetória histórica do pluralismo profissional no Serviço Social brasileiro?”. Para tanto, olharemos para as três fases principais dessa trajetória até o presente momento: os primórdios da profissão, o período de renovação profissional e os dias atuais.

2 O SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL E A HEGEMONIA SEM PLURALISMO⁴

Pensar a trajetória do Serviço Social, é refleti-lo dentro de um contexto sócio-histórico específico, considerando o movimento próprio da realidade e sua impactos e influências na constituição da profissão. Na década de 1930 o contexto de Brasil passava por inúmeras transformações, tais como, basicamente: a passagem de um país agrícola-comercial para um país agrícola-industrial e as inquietações e novas aspirações da classe trabalhadora. (Lima, 1983). Desta maneira, as expressões da questão social passam a apresentar novos contornos, exigindo intervenções para a resolução dos problemas sociais emergidos.

Para tanto, frente a esse contexto, a Igreja Católica passa a intervir nas expressões da questão social traz grandes influências na construção e composição do Serviço Social brasileiro, definindo de maneira substancial a perspectiva teórico-filosófica advinda do Serviço Social franco-belga⁵, que, nos termos da Mlle. Adéle de Loneux (figura influente na profissão neste período), se constituía como “[...] o conjunto de esforços feitos para adaptar o maior número possível de indivíduos à vida social ou para adaptar as condições de vida às necessidades dos indivíduos” (Junqueira, 1969 *apud* Vieira, 1978, p. 142, grifos da autora).

As bases teológicas da Igreja Católica foram os primeiros fundamentos teóricos que nortearam a ação profissional e sua maneira de desvelar os problemas sociais que afligiam a sociedade, apresentando assim uma perspectiva caritativa, benevolente e de adaptabilidade do indivíduo ao seu ambiente. Nesse cenário, então, “toda a visão de homem se dará sob os quadros católicos, tendo como sustentação filosófica o neotomismo”, que se voltou para “[...] a formação doutrinária e moral” (Aguar, 2011, p. 45).

Mas será que neste período o pluralismo profissional estava presente na profissão? Era permitida a emersão de outras correntes teóricas no âmbito do Serviço Social? Alguns registros históricos evidenciam que não. Lima (1983) nos informa que a orientação exclusivamente doutrinária era uma exigência para as escolas de Serviço Social da época, como observada na

⁴ As ideias de “hegemonia sem pluralismo”, “pluralismo sem hegemonia” e “hegemonia com pluralismo”, presentes nas seções deste artigo, foram retiradas das reflexões tecidas por Fonseca (2021).

⁵ “Isso porque as primeiras escolas de Serviço Social tiveram como modelo as escolas de Serviço Social europeias: A Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas, a Escola Normal Social de Paris, o Instituto Social Familiar Ménager de Paris.” (Lima, 1983, p. 58).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

fala de Aylda Faria da Silva Pereira em um artigo publicado sobre a Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro⁶, em que afirma que outra concepção não poderia ser admitida:

[...] numa Escola de Serviço Social porque **os assistentes sociais têm que ter convicção dos princípios que irão defender e segurança de que os mesmos se fundamentam na Verdade**; por conseguinte, são os únicos capazes de conduzir ao fim que desejam obter com o seu trabalho (Pereira, 1944 *apud* Lima, 1983, p. 59, grifos nossos).

Aguiar (2011) esclarece que a orientação da época era o afastamento de qualquer influência de grupos políticos e/ou econômicos, mas que essa não era a regra quando se tratava de assuntos religiosos. Expondo as palavras de Guiomar Urbina Telles⁷, que fala sobre a formação moral do assistente social, a autora diz que o saber doutrinário-religioso deveria ser o norte orientador do profissional, pois “[...] se tornaria ‘incompreensível’ e desprovido de seu nexo de sentido mais profundo se nós tivéssemos a insensatez de querer afastar do plano assistencial as soluções fornecidas pela doutrina social da Igreja Católica, Apostólica, Romana [...]” (Urbina Telles, 1940 *apud* Aguiar, 2011, p. 50).

Nas protoformas do Serviço Social temos a não existência de pluralismo profissional, prevalecendo a perspectiva humanista cristã, justificado isso pela função que a profissão assumia neste período: o Serviço Social sendo funcional à Igreja Católica em sua missão de cristianização da sociedade, através da atuação dos profissionais junto aos desvalidos. A atuação conservadora na busca pela Verdade e sua difusão era o objetivo do Serviço Social (Aguiar, 2011).

A partir da década de 1940, sob a influência do Serviço Social norte-americano, o Serviço Social brasileiro passou a adotar um caráter mais técnico em sua intervenção, sem, contudo, descolar das bases neotomistas originárias. Segundo Yamamoto (1992), a profissão passa a possuir um arranjo teórico-doutrinário, mesclando postura técnica com concepção religiosa.

Os métodos de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade utilizados em solo norte-americano⁸ foram incorporados pela profissão no Brasil, principalmente após o intercâmbio

⁶ Serviço Social, n° 35. São Paulo, 1944, p. 98.

⁷ Na capa do livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, edição 35ª de 2011, consta uma imagem das primeiras assistentes sociais diplomadas no Brasil em 1938. A assistente social de número 4, como indicado na legenda disponível nesta edição, corresponde a Guiomar Urbina Telles.

⁸ O surgimento do Serviço Social norte-americano ocorreu com o momento de institucionalização da sociologia e entre a Primeira Guerra Mundial e a Grande Crise, onde o Serviço Social passa a focar numa perspectiva de ciência social sintética aplicada (Netto, 2011). “O caráter aplicado provinha da convicção de que era essencial à profissão intervir sobre as variáveis práticas-empíricas, mais que qualquer outra dimensão [...]” (Netto, 2011, p. 144 - 145).

internacional feito por estudantes brasileiras de Serviço Social com a finalidade de aprofundar as técnicas de intervenção.

A base de fundamentação da profissão tem em seu bojo a ancoragem nas ciências sociais. Para tanto, o Serviço Social se apropria dos subsídios das ciências sociais, desenvolve um “[...] *sistema de saber de segundo grau*, obtido pela acumulação seletiva dos subsídios das ciências sociais conforme a necessidade da profissão” (Netto, 2011, p. 146, grifos do autor), ou seja, um saber que é apropriado de forma secundária e se apresenta a profissão de forma heterogênea.

Neste ponto é que reside a base eclética que norteia a profissão. A apropriação de um sistema de saber de segundo grau “[...] registravam ampla assimetria - nos seus procedimentos teóricos, nos seus tratamentos técnicos e nas suas operações analíticas” (Netto, 2011, p. 147).

Essa filiação a um sistema de saber de natureza eclética resultou em junções de teorias das mais diversas

[...] nem sempre compatíveis com a moldura em que são inseridos, para subsidiar práticas e representações que desbordam o limite de cada uma. Desta forma, a psicologia do ego se imbrica com uma teoria dos microssistemas sociais, a psicanálise se articula com a dinâmica dos pequenos grupos, a teoria funcionalista da mudança social se sintoniza com os esquemas dualistas em economia etc (Netto, 2011, p. 147 - 148).

A forte influência do Serviço Social dos Estados Unidos trouxe para a profissão o desenvolvimento de um saber eclético, mas que, dada a ausência de uma base crítica no âmbito da profissão e a prevalência do conservadorismo, a apropriação dos métodos do Serviço Social se deu de maneira acrítica, sem o desvelamento dos equívocos.

Em síntese, nos primórdios da profissão no Brasil, o conservadorismo e seus traços antimodernos instauram uma hegemonia teórico-doutrinária que, em geral, não cultivava o pluralismo profissional. Isso não significava a total ausência de embates, mas sim a presença de uma “relativa homogeneidade” (Netto, 2015, p. 168) e de um monolitismo ideal (Ibidem, p. 177), que também se traduziam na presença do ecletismo nas produções teóricas e nas posturas profissionais (Quiroga, 1991).

Vieira (1989) deixa evidente que no período de erosão do Serviço Social Tradicional já havia a presença de posturas diversificadas:

Não há dúvidas de que o jovem profissional de hoje se encontra perplexo – ou mesmo confuso – **diante de tantos modelos que lhe são apresentados**. Os próprios professores de geração que estudou serviço social nos livros de Gordon Hamilton ou de Florece Hollis e

outros também devem se **encontrar em dificuldades diante das posturas dos diversos movimentos de reconceituação** (Vieira, 1989, p. 15, grifos nossos).

Passemos agora a compreender como a questão do pluralismo incide no âmbito do Serviço Social nesse novo período histórico.

3 A RENOVAÇÃO PROFISSIONAL E O PLURALISMO SEM HEGEMONIA

As primeiras três décadas do Serviço Social no Brasil (1930-1950) apresentaram diversas fases. A profissão, emergida no lastro do capitalismo como resultado da articulação entre Estado, burguesia e Igreja, recebeu variadas influências⁹ nesse lastro temporal, adquirindo, cada vez mais, um caráter técnico e profissional. Apesar disso, pode-se afirmar que todas essas influências, por situarem-se em limites conservadores, perpetuavam a hegemonia dos modos de ser do Serviço Social Tradicional, havendo, como apontado anteriormente, uma “quase completa ausência de pluralismo” (Fonseca, 2021, p. 59), posto que “a profissão nasce e se desenvolve como parte do programa da antimodernidade, reagindo à secularização, à laicização, à liberdade de pensamento, à autonomia individual, etc.” (Netto, 1996, p. 118).

Porém, conforme aponta Netto (2015), o processo de início da erosão do Serviço Social tradicional remonta à segunda metade da década de 1950, em um contexto econômico e social marcado pelo avanço da industrialização pesada e do aguçamento da “questão social”, o que demandou novas formas de intervenção e aproximou os/as assistentes sociais das problemáticas macrosociais e de outros/as profissionais e suas visões de mundo, como resultado da inserção em equipes multiprofissionais.

No início da década de 1960, a partir do aprofundamento do processo democrático, a profissão também se aproximou de outros protagonistas sociais, recebendo influxos de setores progressistas em ascensão no contexto da Igreja Católica, do Movimento Estudantil e das Ciências Sociais (Netto, 2015). Foi nesse contexto que, como resultado da crise global do capitalismo deflagrada a partir do exaurimento das “três décadas gloriosas”, as demandas da classe trabalhadora tiveram espaço para se colocar com mais força no panorama político internacional (Netto, 2005).

⁹ Para um aprofundamento acerca das dinâmicas do Serviço Social nas suas décadas iniciais no Brasil, consultar os clássicos Iamamoto e Carvalho (2006), Netto (2015) e Aguiar (2011). Devido ao escopo deste trabalho, precisamos nos deter aos traços mais gerais e relevantes que se relacionam ao pluralismo na profissão.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Isso se traduziu no âmbito do Serviço Social latino-americano em um cenário de corrosão de suas práticas tradicionais, eclodindo o chamado Movimento de Reconceituação (Ibidem). Esse Movimento, que começou procurando responder à pergunta “como superar o subdesenvolvimento?”, foi, com o tempo, ganhando mais densidade crítica e diversificação, tornando impossível a permanência da unidade que caracterizava a profissão anteriormente, seja por diferenças geográficas ou por embates teórico-metodológicos e ético-políticos (Ibidem). Assim, “na particularidade latino-americana, a Reconceituação expressou a crítica ao ‘Serviço Social tradicional’” (Ibidem, p. 8), configurando-se antes de tudo, portanto, como uma oposição ao próprio sistema capitalista.

Nesse momento, houve de fato uma crise do Serviço Social Tradicional, emergindo a disputa entre as vertentes tradicional, reformista e progressista. Com a instauração da ditadura, entretanto, esse processo foi interrompido e só foi resgatado posteriormente, sob novos escopos, no contexto da própria autocracia burguesa.

É importante ressaltar, entretanto, que, mesmo tendo sido um movimento abortado, a Reconceituação trouxe diversas conquistas para o Serviço Social a nível de América Latina, sendo uma das principais a inauguração do pluralismo profissional. Assim, ela “concedeu carta de cidadania a diferentes concepções acerca da natureza, do objeto, das funções, dos objetivos e das práticas do Serviço Social, inclusive como resultado do recurso a diversificadas matrizes teórico-metodológicas” (Netto, 2005, p. 12).

Colhendo os acúmulos das lutas sociais e do Movimento de Reconceituação, o Serviço Social brasileiro também passou entre as décadas de 1960 e 1980 por uma profunda mudança em todas as suas instâncias, em um desenvolvimento profundo e complexo que ficou conhecido como renovação profissional. Esse processo se deu no interior da ditadura civil-militar que subjugou o Brasil entre os anos de 1964 e 1985 (Netto, 2015).

Em resumo, pode-se afirmar que, ao requisitar um novo tipo de profissional, momento em que “traços ‘tradicionais’ são deslocados e substituídos por procedimentos ‘racionais’” (Ibidem, p. 163), a ditadura contribuiu, juntamente com diversos outros fatores, para a erosão do Serviço Social Tradicional. Este foi, de fato, um fenômeno “pluricausal” e “multilateral” (Ibidem), cujas determinações desbordam os limites deste artigo.

Reformulando o exercício profissional, a formação dos/as assistentes sociais foi igualmente impactada, inserindo-se no circuito universitário e rompendo de vez, a partir do processo de laicização, com o confessionalismo presente historicamente na profissão (Netto,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2015). Dessa forma, os traços anteriormente abortados de continuidade, mudança e intenção de ruptura foram resgatados, possibilitando “influxos teórico-metodológicos e crítico-analíticos que questionavam as bases mesmas da autocracia burguesa” (Ibidem, p. 171).

Assim, contraditoriamente aos interesses ditatoriais¹⁰ e seguindo o legado deixado pelas lutas sociais e pelo Movimento de Reconceitualização latino-americano, a profissão questionou, nesse período, as bases tradicionais nas quais se ancorava, passando por um processo de revisão teórica, metodológica, operativa e política (Yazbek, 2009) que culminou em “uma diferenciação e redefinição profissionais sem precedentes” (Netto, 2015, p. 153). Esse cenário permitiu à profissão a realização de avanços importantes como a obtenção de validação teórica e de legitimação prática (Netto, 2015). Analisando esse momento histórico, Fonseca (2021, p. 67) pondera que

A laicização, socialmente necessária para o novo perfil exigido pela ditadura, permitiu a emergência de perspectivas diversificadas, abrindo espaço para uma diferenciação no interior da categoria e para a conseqüente existência de questionamentos e de disputas por hegemonia em todos os níveis (formação, intervenção, representação etc.) (Netto, 2015). As décadas de 1960 e 1970 foram, então, marcadas por uma diversidade de projetos, concepções, práticas e formas de organização, havendo um amplo debate teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. Um verdadeiro caleidoscópio de propostas (Netto, 2015).

Foi, portanto, nesse momento em que, a nível de Serviço Social brasileiro, houve a instauração do pluralismo profissional, processo que se deu com o surgimento de um “caleidoscópio de propostas” (Netto, 2015) que colocou em confronto distintos projetos profissionais.

Assim, se até aquele momento a profissão não presenciava polêmicas de relevo, com relativa unidade e participação político-partidária asséptica, agora um giro havia sido dado, havendo “a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição de monolitismo ideal” (Ibidem, p. 177). Naquele lastro, os espaços organizativos da categoria, por exemplo, estavam migrando de territórios de celebração para “territórios de polêmica” (Ibidem). Assim, “de fato, essa ruptura é um momento histórico específico e singular do Serviço Social brasileiro que se constitui nos confrontos, na articulação, na polêmica, nos consensos, nas alianças, nas lutas que marcam a dialética destruição/construção” (Carvalho, 2011, p. 23).

¹⁰ Sobre os diversos e multifacetados processos ocorridos no período da ditadura civil-militar, consultar Netto (2015).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

É importante situar que foi o próprio cenário de “pluralismo sem hegemonia” que também permitiu a existência dos embates necessários para o desenvolvimento da profissão naquele momento. Desse modo, “ao abrir espaço para elaborações teóricas e debates destoantes da hegemonia conservadora, essa emergente diversidade também foi um fator importante que possibilitou a Renovação” (Fonseca, 2021, p. 68). Assim, em resumo, quando tratamos da relação entre pluralismo e renovação profissional¹¹, depreendemos que a instauração do primeiro se constituiu como um dos fatores mais decisivos para a existência da segunda (Netto, 2015), podendo-se afirmar que

O pluralismo, ao adentrar no Serviço Social, situou-se, então, tanto como um dos possibilitadores quanto como uma das implicações e características da renovação profissional (NETTO, 2015). Ela, nas palavras de Netto (2015, p. 172, grifo do autor), “implica a construção de um *pluralismo profissional*, radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem”. Essas duas dimensões (pluralismo e renovação) apresentavam-se, pois, conforme apontamos no início deste tópico, como intrinsecamente relacionadas (Fonseca, 2021, p. 68).

A renovação profissional pela qual passava o Serviço Social brasileiro apresentava-se, naquele momento, como uma “tensão entre vetores de transformação e permanência” (Netto, 2015, p. 178). Desde a segunda metade dos anos 1960 até o início da década de 1980, as disputas travadas no interior da profissão eram protagonizadas por três direções principais: a Perspectiva Modernizadora, a Reatualização do Conservadorismo e a Intenção de Ruptura (Ibidem).

Enquanto as duas primeiras aliançavam-se, cada uma à sua maneira, aos ideais ditatoriais e capitalistas, foi a última tendência que, ao ser herdeira do Movimento de Reconceitualização latino-americano, propôs-se a romper e superar com o Serviço Social Tradicional. Naquele cenário, já marcado pelas lutas sociais pelo fim da ditadura, foram gestadas “as condições para sintonizar a profissão com as tendências progressistas mais substantivas da sociedade brasileira” (Mota; Rodrigues, 2020, p. 201), sendo apenas a partir da conquista de hegemonia da última tendência que, de fato, o processo de renovação profissional se direcionou para uma perspectiva de crítica à ordem vigente e de aproximação às lutas da classe trabalhadora (Batistoni, 2019).

¹¹ Como aponta Cardoso (2013, p. 135), “a renovação do Serviço Social é, portanto, fruto de um processo histórico que possibilita o pluralismo no seio do Serviço Social, ao encontrarmos a diversidade no que diz respeito às maneiras de enfrentar a realidade social, de compreender a questão social e o próprio Serviço Social. Diversidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na profissão: do modo de pensar, fazer e escolher.”

Essa mudança impactou a profissão em todos os níveis, gestando um novo projeto profissional hegemônico e culminando também, conseqüentemente, em uma nova fase da concretização do pluralismo na trajetória do Serviço Social brasileiro, uma fase que perdura até os dias atuais. É a isso que nos deteremos, por fim, a seguir.

4 INTENÇÃO DE RUPTURA, MARXISMO E A IDEIA DE “HEGEMONIA COM PLURALISMO”

Conforme citado anteriormente, há uma evidente renovação no seio profissional que intensifica um viés crítico e de rompimento das suas bases sócio-históricas. Nesse ínterim, destaca-se a fase de intenção de ruptura como um solo favorável ao processo de hegemonia teórico-política que incide no Serviço Social brasileiro.

Herdeira do Movimento de Reconceitualização latino-americano, segundo Fonseca (2021), a vertente denominada de Intenção de Ruptura (IR) tinha como propósito romper em todos os níveis da profissão, opondo-se à ordem autocrática e “demarcando projetos em oposição na tensa disputa teórica e ideológica pela hegemonia na renovação do Serviço Social brasileiro.” (Batistoni, 2019, p. 540 *apud* Fonseca, 2021, p. 71).

Segundo Netto (2015), tal perspectiva ganha maior espaço no contexto histórico de ascensão democrática e engajamento da sociedade, questionando as bases autocráticas da época e rompendo com os ideais autoritários vigentes. Esse processo, segundo o autor, é essencial para a emergência do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que posteriormente ficou conhecido como “Congresso da Virada”.

Sintonizando o Serviço Social com a maré-montante da resistência democrática que se viu exponenciada pelo protagonismo proletário, mediante o ativismo dos segmentos da vanguarda profissional, o III Congresso deflagrou um processo que, imediatamente político, ao conectar-se com tendências já existentes no corpo profissional, ultrapassou largamente a dimensão política do Serviço Social. Sublinhar a relevância política do III Congresso é fundamental; entretanto, a sua relevância não se esgota aí: a ruptura com o monopólio político conservador teve implicações decisivamente para o desenvolvimento global do Serviço Social no Brasil (Netto, 2015, p. 31).

Importa dizer que, apesar desse grande marco – expoente e deflagrador da renovação crítico-profissional, conforme nos lembra Rocha (2018), é, antes disso, entre os muros da universidade, na primeira metade dos anos setenta, que a IR começa a se desenvolver e se expande na crise da autocracia burguesa, assim como o “Método Belo Horizonte”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Apoiada na tradição teórica inaugurada por Marx e propondo uma ruptura global com o tradicionalismo profissional, esta experiência pertenceu a uma vertente teórico-profissional que, de acordo com a perspectiva de Paulo Netto (1990), só passou a dar o tom do debate profissional com a convenção da ABESS e o III CBAS, ambos em 1979, o que lhe permitiu desbordar os muros da universidade e se espalhar sobre a categoria profissional (Mota; Rodrigues, 2020, p. 202).

Converge para o centro dessa pauta a análise do circuito acadêmico também como um local de “resistência” e “contra-hegemonia”, diante da disputa de projetos sociais. Há, nesse âmbito, possibilidades de ampliação desses espaços e a busca pela construção de alianças, objetivando se afirmarem enquanto aparelhos privados de hegemonia relativamente autônomos. A respeito do método BH, refere-se a um quadro experiencial teórico-metodológico responsável por ilustrar como a profissão continuava reeditando sua prática.

São temas de preocupação desses profissionais, entre outros: a recusa à ação profissional tutelar normativa da população ‘cliente’; a busca de maior proximidade com o cotidiano de vida das camadas populares, solidarizando-se com seus interesses e reivindicações, o que demonstra maior consciência desta parcela do meio profissional das contradições da sociedade expressas na sua prática profissional; e a procura de novas bases de legitimação do Serviço Social (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 367-8).

Não obstante ser ancorada na tradição marxiana, e se colocar enquanto expressão da recusa ao acúmulo tradicional da profissão, o Método BH, na visão de Netto (1989), se apresenta como “uma aproximação enviesada de setores do serviço social à tradição marxista – um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes ‘clássicas’” (Netto, 1989, p. 98).

Sob esse viés analítico, são reconhecidas algumas fragilidades na apropriação marxista, no seio profissional, que se expressam no campo metodológico de BH, como o ecletismo de referenciais, oriundos de correntes teóricas tão distintas. A respeito dessa categoria, remete-se a Coutinho (1991), que expõe ser um equívoco a confusão entre pluralismo metodológico e ecletismo, pois na sua visão acionar diversos autores pode-se gerar um baixo rigor metodológico a compatibilidade das ideias e os distintos paradigmas, fomentando o que o referencial teórico vai caracterizar de “colcha de retalhos”.

No contexto de BH, cita-se a escolha do estruturalista Althusser, que “se configurou como um dos principais autores nesse contexto de aproximação marginal e “vulgar” às obras de Marx” (Zacarias, 2020, p. 15). O processo eclético nos afirma sobre a importância de discutir sobre as formas de diálogo, a produção de conhecimento e a apropriação, da categoria em si, pela teoria



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

marxiana. Contudo, apesar de alguns equívocos na análise crítica dessa vertente pelo Serviço Social, os quais demandam rigor empírico mais aprofundado, é inegável a pertinência de diversas releituras internas e para além da profissão sob a ótica marxiana. Conforme nos lembra Netto (1989), é por intermédio desta aproximação que são desenvolvidas muitas formas de a profissão ampliar suas possibilidades, reconhecendo as demandas sociais vinculadas à classe que vive do trabalho, o que gera a demarcação do vetor modernidade no seio profissional.

Para o autor, o paradigma da modernidade é fruto de uma conjuntura ideológica-progressista que promove uma intensa organização política da categoria, sob influência da tradição marxista. Incorporam valores e concepções próprios das conquistas civilizatórias na sociedade burguesa moderna, como a igualdade, a liberdade, a moral e a política, autonomizadas da religião e, portanto, laicizadas (Mota; Rodrigues, 2020, p. 202).

É este conteúdo que denota o ineditismo dessa cultura e sinaliza o quanto ela dista substantivamente dos traços antimodernos que forjaram a forma de ser e pensar do Serviço Social tradicional. Tais traços conferiram à profissão um cunho doutrinário e moralizador e constituíram o que Paulo Netto (1990) denominou monolitismo ideal, isto é, um Serviço Social débil teoricamente e que até os anos 1960 sugeria uma homogeneidade nas suas proposições práticas, uma mesma intervenção cívica e carecia de polêmicas de relevo. A implosão deste monolitismo ideal e a instauração do pluralismo profissional só foi possível com a emersão e o desenvolvimento da intenção de ruptura que forjou a nova cultura profissional [...] Tão somente com a incorporação de uma teoria social crítica moderna é que a profissão pôde se articular com as pautas e dinâmica dos movimentos sociais e a luta pela democratização das instituições públicas e do Estado (Mota; Rodrigues, 2020, p. 202).

Fonseca (2021) credita à incorporação do pensamento marxiano e de algumas tradições da corrente marxista o rompimento com versões metodologistas, estruturalistas e conservadoras que norteavam a profissão, sendo o pensamento de Marx a “espinha dorsal” do Serviço Social Brasileiro. Enfatiza-se que há, nesse processo, uma “interlocação teórica e política com as demais teorias sociais e disciplinas do conhecimento que buscam imprimir uma perspectiva de atualização analítica para a apreensão dos fenômenos que circunscrevem a totalidade da vida social” (Abess, 1997, p. 42).

Logo, a atualização do marxismo não pressupõe uma perspectiva eclética. O que está na base do princípio pluralista é a própria historicidade da vida social. A partir deste fundamento é que se impõe a exigência da atualização de nossos conhecimentos e habilidades, visando à apreensão da realidade e à melhor qualificação para a intervenção sobre a mesma (Abess, 1997, p. 42- 43).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ao estudar a concepção de pluralismo do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Fonseca (2021) identificou que essa concepção é baseada na ideia de “não neutralidade” e de “hegemonia com pluralismo” (Coutinho, 1991). Além disso, baseia-se na negação do ecletismo e na afirmação de que o “pluralismo é garantido através do embate respeitoso dado em um contexto democrático e entre as correntes profissionais que satisfazem os requisitos de tolerância do socialismo democrático” (Fonseca, 2021, p. 183).

Pondera-se que a relação de maturidade hegemônica crítica e a coexistência com o pluralismo, assim como diversos processos gestados no seio da profissão, não é algo linear, naturalizado. Alguns autores defendem a inter-relação entre “hegemonia” e “pluralismo”. Cisne, Cantalice e Araújo (2020), por exemplo, ao responder as 23 Teses Pela Reforma do Serviço Social Brasileiro, de autoria do professor Edson Marques Oliveira, e ao chamado Serviço Social Libertário, desenvolvem algumas considerações interessantes:

Quadro 1 – Respostas às 23 teses para a Reforma do Serviço Social Brasileiro

Argumento	Respaldo teórico
Distorção entre o que é hegemonia e pluralismo	“O entendimento de que, em uma profissão, existem propostas e grupos que conseguem se tornar hegemônicos, se funda em uma perspectiva analítica que concebe a hegemonia articulada ao pluralismo com direção social. Pode-se inferir que a hegemonia com pluralismo, no âmbito do projeto profissional, expressa a predominância de uma direção política, construída por meio de uma vontade coletiva, gestada por um processo não coercitivo e pressupõe a não eliminação ou repressão de interesses particulares contrários a direção predominante.” (Ramos, 2009, p. 43).
Pluralismo é uma falácia no Serviço Social?	“Vastas pesquisas documentam que é somente com o surgimento e desenvolvimento da teoria social marxista no Serviço Social brasileiro que se pode falar em pluralismo e diversidade de análise e de intervenção. Ou seja, é com o estudo sistemático da teórica crítica e democrática inspirada no marxismo que o Serviço Social ampliou seu “leque” de tendências teóricas e políticas no interior da profissão. O Serviço Social tradicional, marcado pelo sincretismo teórico e político com unidade conservadora foi, desde o surgimento da profissão até os anos 1980, aquele que deu a direção social à profissão. Agora podemos falar em pluralismo teórico e político no Serviço Social brasileiro, diversidade com direção social construída no debate qualificado e democrático daquilo que Leandro Konder adequadamente denominou de ‘batalha das ideias’.” (Cfess, 2018, p. 02).
Projeto Ético Político e o pluralismo	“O Projeto Ético Político, orientado pela defesa da emancipação humana, afirma o compromisso do Serviço Social brasileiro com a problematização das condições objetivas de vida das/os usuárias/os, a defesa da garantia dos direitos sociais e da democracia, o pluralismo de ideias e correntes teóricas que comunguem com os princípios e valores da projeto hegemônico e os movimentos sociais como sujeitos políticos coletivos fundamentais, que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

evidenciam as demandas e inquietações da classe trabalhadora.” (Cisne, Cantalice, Araújo, 2020, p. 325).
--

Fonte: Elaborado a partir de Cisne, Cantalice e Araújo (2020).

O recente debate interposto nos afirma que está em constante disputa a direção social da profissão, bem como o entendimento sobre o que se caracteriza como pluralismo profissional. Ainda que se tenha um profundo redirecionamento, gestado no processo de renovação, é notório o conflito existente até a contemporaneidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concretização do pluralismo é algo que detém proeminente importância nas sociedades e profissões atuais, reverberando amplamente no Serviço Social brasileiro. Nesse contexto, como aponta Fonseca (2021, p. 183), “o desafio da profissão consiste em concretizar o pluralismo, e não o ecletismo ou o dogmatismo”.

Buscando contribuir na compreensão desse fenômeno, este trabalho teve como objetivo realizar um breve retrospecto histórico da construção do pluralismo no Serviço Social brasileiro, procurando identificar como se deu seu desenvolvimento ao longo das décadas.

Para tanto, evidenciou que, no Serviço Social Tradicional, existente nos primórdios da profissão, o conservadorismo existente detinha traços antimodernos, promovendo um cenário de monolitismo e de relativa homogeneidade, terreno ideal para o florescimento do ecletismo. Aqui, tínhamos hegemonia sem pluralismo.

A instauração do pluralismo profissional se deu, por sua vez, no período de renovação profissional, o qual foi marcado por uma revisão global do Serviço Social Tradicional e por um alinhamento com processos sociais mais amplos travados no contexto ditatorial. Isso se deu por meio da emergência e confronto de projetos profissionais, dentre os quais destacaram-se três vertentes principais: perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura. Agora, havia um pluralismo sem hegemonia.

Foi, porém, com a vitória da última vertente e com a aproximação com as lutas da classe trabalhadora que a profissão se alicerçou na teoria social marxiana e o vetor da modernidade nela adentrou. A partir de então, desenvolveu-se uma nova hegemonia que detém uma noção



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

específica de pluralismo, opondo-o ao ecletismo e entendendo-o enquanto “embate respeitoso” (Fonseca, 2021).

Dados os limites deste artigo, apontamos como sugestão para pesquisas futuras a necessidade de um aprofundamento nas contradições, desafios e possibilidades existentes para a concretização do pluralismo no seio do Serviço Social brasileiro, buscando com isso reforçar a sua existência enquanto um princípio ético fundamental que deve ser defendido e viabilizado em meio aos desafios que se colocam para a profissão nos dias atuais. Ao resgatar a historicidade desse princípio ético, nossa grande expectativa neste trabalho é contribuir para essa defesa de forma mais ampla.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. **Cadernos ABESS**, nº 7: formação profissional. Trajetórias e desafios. São Paulo/SP: Cortez, novembro de 1997.

AGUIAR, A. G. de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 6º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BATISTONI, M. R. O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte — 1960-1975: uma reconstrução histórica. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 136, p. 538-558, set./dez. 2019.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

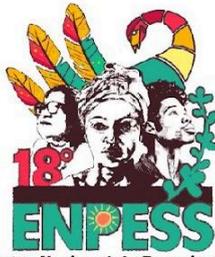
CARDOSO, P. F. G. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. Campinas: Papel Social, 2013.

CARVALHO, A. M. P. de. Prefácio. In: SILVA, M. O. da S. e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CISNE, M.; CANTALICE, L. B. de O.; ARAÚJO, L. Renovação do Serviço Social brasileiro. **Libertas**, Juiz de Fora, Impresso, v. 20, p. 307-327, 2020.

COUTINHO, C. N. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 4, p. 5-17, 1991.

FONSECA, M. R. O. da. **A concepção de pluralismo no Serviço Social brasileiro: um estudo a partir do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Natal, RN, 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19 ed. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): CELATS, 2006.

LIMA, A. A. **Serviço Social no Brasil**: a ideologia de uma década. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1983.

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago. 2020.

NETTO, J. P. **O Serviço Social e a tradição marxista**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 30, p. 89-102, 1989.

NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social**: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serv. Soc. Soc.. São Paulo, Cortez, n. 50, 1996.

NETTO, J. P. **O movimento de reconceituação**: 40 anos depois. Serv. Soc. Soc., n. 84, ano XXVI, nov. 2005.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. Cortez, 2011.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

RODRIGUES, M. L. **Dificuldades para a formação interdisciplinar e transdisciplinar em Serviço Social**. In: Maria Lúcia Rodrigues (Org.). O Ensino superior e a formação docente em serviço social. 1º ed. Curitiba: Appris, 2019, p. 35-51.

QUIROGA, C. **Invasão positivista no marxismo**: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Formação profissional do Assistente Social: inserção na realidade profissional e na dinâmica da profissão**. - 2ed. - São Paulo: Cortez, 1995.
SIMIONATTO, I. Tempo e história. In: Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil e

VIEIRA, B. O. **História do Serviço Social**: contribuições para a construção de sua teoria. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1978.

VIEIRA, B. O. **Introdução a modelos genéricos do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: ABEPSS; CFESS (orgs). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. 1.ed. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009.

ZACARIAS, I. R. **O lugar do marxismo na formação profissional em serviço social** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social